

Gestão 2022-2024

Procurador-Geral de Justiça
Alexandre Magno Benites de Lacerda
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional
Paulo César Zeni
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Legislativo
Romão Avila Milhan Junior
Corregedor-Geral do Ministério Público
Silvio Cesar Maluf
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Helton Fonseca Bernardes
Ouvidor do Ministério Público
Renzo Siufi
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça
Camila Augusta Calarge Doreto
Secretária-Geral do MPMS
Bianka Karina Barros da Costa

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

| | |
|---|---|
| Procurador de Justiça <i>Sergio Luiz Morelli</i> | Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i> |
| Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i> | Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i> |
| Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i> | Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i> |
| Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i> | Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i> |
| Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i> | Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i> |
| Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i> | Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i> |
| Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i> | Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i> |
| Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i> | Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i> |
| Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i> | Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i> |
| Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i> | Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i> |
| Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i> | Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i> |
| Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i> | Procurador de Justiça <i>Sergio Fernando Raimundo Harfouche</i> |
| Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i> | Procuradora de Justiça <i>Ana Lara Camargo de Castro</i> |
| Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i> | Procurador de Justiça <i>André Antônio Camargo Lorenzoni</i> |
| Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i> | Procuradora de Justiça <i>Filomena Aparecida Depolito Fluminhan</i> |
| Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Junior</i> | Procurador de Justiça <i>Rogério Augusto Calabria de Araujo</i> |
| Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i> | Procuradora de Justiça <i>Vera Aparecida Cardoso Bogalho Frost Vieira</i> |
| Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i> | Procurador de Justiça <i>Marcos Fernandes Sisti</i> |
| Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i> | |

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª a 6ª feira, das 12 às 19 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão

e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3357-2449 e-mail: caodh@mpms.mp.br

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****PORTARIA Nº 1680/2024-PGJ, DE 16.4.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Viviane Zuffo Vargas Amaro 2 (dois) dias de folga compensatória em 6 e 7.6.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão do feriado forense de 2023/2024, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023, e dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 1707/2024-PGJ, DE 18.4.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar a servidora Carolina Kasai Loureiro Cafure, ocupante do cargo em comissão de Assessora Jurídica, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, compor a Comissão de Análise Histórica do Ministério Público de Mato Grosso do Sul, instituída pela Portaria nº 539/2022-PGJ, de 7.2.2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1708/2024-PGJ, DE 18.4.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

CONSIDERANDO a regulamentação do teletrabalho pela Resolução nº 157, de 31.1.2017, do Conselho Nacional do Ministério Público;

CONSIDERANDO a Resolução nº 31/2018-PGJ, de 7.12.2018, que autoriza e regulamenta o teletrabalho no âmbito do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul;

CONSIDERANDO que, em observância aos princípios da eficiência e da economicidade, insculpidos nos artigos 37 e 70, respectivamente, da Constituição Federal, é conveniente à instituição o efetivo exercício das atividades do servidor, ainda que em modalidade remota, de modo a evitar acúmulo de serviço e sobrecarga aos demais servidores de uma mesma unidade;

CONSIDERANDO que o § 1º do artigo 9º da Resolução nº 31/2018-PGJ prevê a majoração em 20% (vinte por cento) da meta do servidor, de modo a se obter aumento de produtividade com o regime de teletrabalho,

R E S O L V E :

Autorizar o servidor Otávio Jamal Urt, ocupante do cargo efetivo de Analista, símbolo MPAN-101, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em exercício na Escola Superior do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, a renovação da prestação de suas atribuições fora do órgão originário de lotação e das dependências do Ministério Público Estadual, na modalidade de teletrabalho, em âmbito nacional, a partir de 1º.4.2024, por 12 (doze) meses, nos termos dos artigos 1º, § 2º, e 4º da Resolução nº 31/2018-PGJ, de 7.12.2018 (PGA nº 09.2024.00003588-0).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1709/2024-PGJ, DE 18.4.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 738/2024-PGJ, de 26.2.2024, na parte que designou servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como fiscais administrativos do Contrato nº 6/PGJ/2024, de forma que, onde consta: “3) Fiscal Técnico – Cristiano Lopes Baes, Técnico II; 3.1) Suplente – Jose Carlos Pires Gonçalves Segundo, Auxiliar”, passe a constar: “3) Fiscal Técnico – Diogo Banzer da Motta, Diretor da Secretaria do CI; 3.1) Suplente – Cristiano Lopes Baes, Técnico II” (PGA nº 09.2023.00005090-0).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1710/2024-PGJ, DE 18.4.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do convênio decorrente do Processo nº 09.2024.000 3041-8, conforme segue: 1) Gestor – Wellington Gradella Marthos, Diretor da Secretaria de Gestão de Pessoas; 1.1) Suplente – Christiane de Oliveira Landgraf Pinto, Chefe do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas; 2) Fiscal – Greyce Kelly Gomes Santiago, Técnica I; 2.1) Suplente – Paulo Roberto da Silva, Técnico I.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA**PORTARIA Nº 1696/2024-PGJ, DE 16.4.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito a Portaria nº 1330/2024-PGJ, de 25.3.2024.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 1651/2024-PGJ, DE 16.4.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 1640/2024-PGJ, de 15.4.2024, na parte que concedeu ao servidor Paulo Jorge Alves Praça o pagamento de gratificação adicional por tempo de serviço, de forma que, onde consta: “Quinquênio: 5º”, passe a constar: “Quinquênio: 6º”.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 1700/2024-PGJ, DE 17.4.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar o servidor Fabio Castro dos Santos, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em exercício na 2ª Promotoria de Justiça de Corumbá, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 4ª Promotoria de Justiça de Naviraí, mediante acesso remoto aos sistemas informatizados, a partir de 2.4.2024, por 30 (trinta) dias.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 1701/2024-PGJ, DE 17.4.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar a servidora Thaylanne Christie da Silva Arruda Rafael, ocupante do cargo em comissão de Assessora Jurídica, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em exercício na 3ª Promotoria de Justiça de Nova Andradina, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à Promotoria de Justiça de Rio Negro, mediante acesso remoto aos sistemas informatizados, de 8.4 a 7.5.2024, em razão de afastamento da servidora Geovana de Oliveira Melo, Assessora Jurídica.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 1702/2024-PGJ, DE 17.4.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar a servidora Cristina Castilho Akatsuka, ocupante do cargo efetivo de Técnica I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada nas Promotorias de Justiça de Sidrolândia, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 1ª Promotoria de Justiça da referida Comarca de 9 a 26.4.2024, em razão de afastamento do servidor Paulo Barbiero Dorigão, Técnico II.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 1703/2024-PGJ, DE 17.4.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar o servidor Caique de Moura Santos, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em exercício na 36ª Promotoria de Justiça de Campo Grande, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 24ª Promotoria de Justiça da referida Comarca de 1º a 5.4.2024, em razão de afastamento da servidora Letícia da Silva Assunção, Assessora Jurídica.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 1647/2024-PGJ, DE 16.4.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar os servidores Marcos Andraos Mokayad Ferro e Louise Isabelita Lima de Brites Padovan, ocupantes do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotados na Promotoria de Justiça de Iguatemi e na 31ª Promotoria de Justiça de Campo Grande, respectivamente, para, sem prejuízo de suas funções, prestarem serviços à Promotoria de Justiça de Itaporã, mediante acesso remoto aos sistemas informatizados, pelo período de 60 (sessenta) dias, a partir de 8.4.2024.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 1648/2024-PGJ, DE 16.4.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar a servidora Eliene Marta Breguedo do Nascimento Machado, ocupante do cargo efetivo de Técnica I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada na Promotoria de Justiça de Angélica, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à Promotoria de Justiça de Nioaque, mediante acesso remoto aos sistemas informatizados, de 15.2 a 5.4.2024, em razão de afastamento da servidora Ruth Dayana da Rosa Vera, Técnica II.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 1712/2024-PGJ, DE 18.4.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar o servidor Werner Vinicius da Silva Bezerra, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado nas Promotorias de Justiça de Campo Grande e designado para prestar serviços na 72ª Promotoria de Justiça para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 48ª Promotoria de Justiça da referida Comarca a partir de 22.4.2024, até ulterior deliberação.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 1649/2024-PGJ, DE 16.4.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar a servidora Gabriela Rillo, ocupante do cargo em comissão de Assessora Jurídica, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em exercício na 9ª Promotoria de Justiça de Três Lagoas, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à Promotoria de Justiça de Água Clara, mediante acesso remoto aos sistemas informatizados, a partir de 26.3.2024, por 30 (trinta) dias.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 1650/2024-PGJ, DE 16.4.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar o servidor João Vitor Garcia Guerra Dutra, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em exercício na 2ª Promotoria de Justiça de Costa Rica, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 2ª Promotoria de Justiça de Miranda, mediante acesso remoto aos sistemas informatizados, de 8 a 18.4.2024.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-450/2024/PJ, DE 19.4.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Jessica Carli de Oliveira, ocupante do cargo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 30 (trinta) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 8.4 a 7.5.2024, em prorrogação, nos termos dos artigos 130, inciso I, 132, 136, 144 e 178, inciso VII da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, c/c os artigos 52 e 54, inciso II, do Decreto nº 15.855, de 11 de janeiro de 2022.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 1503/2024-PGJ, DE 5.4.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar as férias concedidas ao servidor Leandro da Silva Andrade por meio da Portaria nº e-231/2024-PGJ, de 26.2.2024, de forma que, onde consta: “de 6 a 15.5.2024”, passe a constar: “de 8 a 17.5.2024”, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 1524/2024-PGJ, DE 9.4.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Suspender as férias concedidas à servidora Érica Maylane Rigo Borges por meio da Portaria nº e-71/2024-PGJ, de 19.1.2024, que seriam usufruídas de 4 a 13.3.2024, a serem usufruídas de 20 a 29.5.2024, em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 1525/2024-PGJ, DE 9.4.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Suspender as férias concedidas ao servidor Márcio Henrique Hada por meio da Portaria nº e-1382/2023-PGJ, de 1º.11.2023, que seriam usufruídas de 18 a 27.3.2024, a serem usufruídas de 15 a 24.7.2024, em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 1526/2024-PGJ, DE 9.4.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Suspender as férias concedidas à servidora Terezinha de Jesus Nantes Ferreira por meio da Portaria nº e-853/2023-PGJ, de 17.7.2023, que seriam usufruídas de 18 a 27.3.2024, a serem usufruídas de 10 a 19.12.2024, em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 1534/2024-PGJ, DE 9.4.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Suspender as férias concedidas à servidora Rosana Antunes Blan por meio da Portaria nº e-583/2023-PGJ, de 1º.6.2023, com redação dada pela Portaria nº 6107/2023-PGJ, de 13.11.2023, que seriam usufruídas de 11 a 30.3.2024, a serem usufruídas de 12 a 31.8.2024, em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 1554/2024-PGJ, DE 9.4.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Interromper, por necessidade de serviço, a partir de 18.3.2024, as férias da servidora Isabela Ramos Frutuoso Delmondes concedidas por meio da Portaria nº 747/2024-PGJ, de 26.2.2024, nos termos do artigo 11 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, a serem usufruídas de 22 a 27.4.2024.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 1556/2024-PGJ, DE 9.4.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar as férias concedidas à servidora Glaucia Pace de Castro por meio da Portaria nº e-1411/2023-PGJ, de 10.11.2023, de forma que, onde consta: “a serem usufruídas nos períodos de 31.5 a 9.6.2024 e de 5 a 14.11.2024”, passe a constar: “a serem usufruídas de 16 a 25.10.2024 e de 10 a 19.12.2024”, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 1559/2024-PGJ, DE 9.4.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar as férias concedidas à servidora Fernanda Rocha Gonçalves por meio da Portaria nº e-327/2024-PGJ, de 15.3.2024, de forma que, onde consta: “de 1º a 10.4.2024”, passe a constar: “de 4 a 13.9.2024”, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 1560/2024-PGJ, DE 9.4.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Suspender as férias concedidas à servidora Rachel Barbosa Poltronieri Florence por meio da Portaria nº 6081/2023-PGJ, de 10.11.2023, que seriam usufruídas de 14 a 23.2.2024, a serem usufruídas de 8 a 17.7.2024, em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 1578/2024-PGJ, DE 10.4.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Suspender as férias concedidas ao servidor João Paulo Duarte por meio da Portaria nº e-1104/2023-PGJ, de 28.9.2023, com redação dada pela Portaria nº 1180/2024-PGJ, de 15.3.2024, que seriam usufruídas de 1º a 10.4.2024, a serem usufruídas de 8 a 17.5.2024, em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 1587/2024-PGJ, DE 10.4.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Suspender as férias concedidas ao servidor Werner Vinicius da Silva Bezerra por meio da Portaria nº e-1632/2023-PGJ, de 5.12.2023, que seriam usufruídas de 2 a 11.4.2024, a serem usufruídas de 22 a 31.7.2024, em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 1588/2024-PGJ, DE 10.4.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Interromper, por necessidade de serviço, a partir de 3.4.2024, as férias do servidor Paulo Henrique Moraes Grande concedidas por meio da Portaria nº e-921/2023-PGJ, de 2.8.2023, com suas modificações, nos termos do artigo 11 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, a serem usufruídas de 2 a 29.9.2024.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 1589/2024-PGJ, DE 11.4.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Interromper, por necessidade de serviço, a partir de 3.4.2024, as férias da servidora Aline Reginaldo de Souza concedidas por meio da Portaria nº e-1696/2023-PGJ, de 18.12.2023, com redação dada pela Portaria nº 848/2024-PGJ, de 29.2.2024, nos termos do artigo 11 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, a serem usufruídas de 2 a 9.5.2024.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 1596/2024-PGJ, DE 11.4.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Suspender as férias concedidas à servidora Larissa Regina Souza Valdivino por meio da Portaria nº e-56/2023-PGJ, de 18.1.2023, com redação dada pela Portaria nº 6094/2023-PGJ, de 13.11.2023, que seriam usufruídas de 27.8 a 5.9.2024, a serem usufruídas de 9 a 18.6.2025, em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 1597/2024-PGJ, DE 11.4.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Interromper, por necessidade de serviço, a partir de 5.4.2024, as férias da servidora Alyne Kathiucia Raulino Green concedidas por meio da Portaria nº e-109/2023-PGJ, de 31.1.2023, com redação dada pela Portaria nº 6072/2023-PGJ, de 10.11.2023, nos termos do artigo 11 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, a serem usufruídas de 24.2 a 1º.3.2025.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 1598/2024-PGJ, DE 11.4.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Suspender as férias concedidas à servidora Ruth Cavalcanti Tamasato por meio da Portaria nº e-1519/2023-PGJ, de 20.11.2023, que seriam usufruídas de 10 a 19.4.2024, a serem usufruídas de 25.7 a 3.8.2024, em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 1602/2024-PGJ, DE 11.4.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Suspender as férias concedidas à servidora Larissa Regina Souza Valdivino por meio da Portaria nº e-266/2024-PGJ, de 4.3.2024, que seriam usufruídas de 1º a 10.4.2024, a serem usufruídas de 5 a 14.9.2024, em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 1627/2024-PGJ, DE 12.4.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias regulamentares à servidora Geovana de Oliveira Melo, referentes ao período aquisitivo 2020/2021, a serem usufruídas de 8.4 a 7.5.2024, nos termos dos artigos 1º e 4º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, e do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa



PORTARIA Nº 1629/2024-PGJ, DE 15.4.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar as férias concedidas à servidora Larissa Almada Feitosa Borges por meio da Portaria nº e-155/2023-PGJ, de 6.2.2023, de forma que, onde consta: “de 8 a 17.4.2024”, passe a constar: “de 2 a 11.5.2024”, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

COMISSÃO DE CONSTATAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE MATERIAL

EXTRATO DO TERMO DE DOAÇÃO DE BENS MÓVEIS Nº 24/2024

Procedimento de Gestão Administrativa SAJ/MP nº 09.2024.00002771-3
Partes:
Doador: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, representado por sua Secretária-Geral, Promotora de Justiça Bianka Karina Barros da Costa
Donatário: Asilo São Francisco, representado por sua Presidente, Maristela Soares do Prado Leite
Amparo legal: Resolução nº 26/2023-PGJ
Objeto: Doação de materiais inservíveis
Data da assinatura: 11 de abril de 2024.
Itens doados:

| Nº de Ordem | Descrição do bem | Quantidade |
|----------------|--------------------------------------|------------|
| 1 | Mesas | 3 |
| 2 | Mesas de Madeira | 6 |
| 3 | Tela Decorativa para Mesa de Madeira | 2 |
| 4 | Armário Baixo Fechado | 1 |
| 5 | Gaveteiro | 3 |
| 6 | Armário Alto com Portas | 2 |
| 7 | Mesa para Computador | 2 |
| 8 | Longarina | 3 |
| 9 | Mesa Retangular | 1 |
| 10 | Cadeira | 5 |
| 11 | Cadeira de Digitador | 6 |
| 12 | Poltrona Giratória | 1 |
| 13 | Poltrona Fixa | 3 |
| TOTAL DE ITENS | | 38 |



SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS

AVISO Nº 014/2024-SGP

I PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS E RESIDENTES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, MPMS, por intermédio da Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **CONVOCA apenas** os candidatos **nominalmente listados** no tópico I – CONVOCAÇÃO, deste **Aviso nº 014/2024-SGP**, para entrega dos documentos necessários ao credenciamento.

Os candidatos nominalmente elencados no tópico I – CONVOCAÇÃO foram aprovados no I Processo de Seletivo de Estagiários e Residentes do MPMS, homologado por meio do AVISO Nº 001/2023/CPS-IPSER-MPMS, de 27 de outubro de 2023, publicado no DOMP nº 3.006, de 30 de outubro de 2023.

Os candidatos convocados (abaixo listados no tópico I – CONVOCAÇÃO) deverão, **com a maior brevidade possível**, enviar e-mail para estagiariosadm@mpms.mp.br a fim de *manifestar interesse no exercício do estágio ou da residência*, ou pedir *transposição para o final da lista de aprovados*, ou, por fim, indicar a *desistência formal*; cabendo aos candidatos exclusivamente convocados por este Aviso, que vierem a apresentar **Manifestação de Interesse no Estágio ou Residência**, o compromisso de **encaminhar os documentos relativos ao credenciamento, para o e-mail estagiariosadm@mpms.mp.br até o dia 29 de abril de 2024.**

Os documentos a serem encaminhados para o e-mail estagiariosadm@mpms.mp.br estão relacionados no Capítulo XI do EDITAL Nº 1/2023-IPSER-MPMS, de 06 de junho de 2023, publicado no DOMP nº 2.912, de 07 de junho de 2023, e especificados ao final deste Aviso (RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO).

Os documentos originais deverão permanecer sob guarda dos candidatos para eventuais conferências que se fizerem necessárias.

I – CONVOCAÇÃO

1. COMARCA DE AQUIDAUANA

Local: Sede das Promotorias de Justiça de Aquidauana, situada na Rua Luiz da Costa Gomes, 544 - Vila Cidade Nova, Aquidauana - MS.

ENSINO MÉDIO - ESTÁGIO DE ENSINO MÉDIO

| CLASSIFICAÇÃO | CANDIDATO |
|---------------|--------------------------|
| 4º | LÍVIA HELENA NIZ BENZONI |

2. COMARCA DE CAARAPÓ

Local: Sede das Promotorias de Justiça de Caarapó, situada na Avenida D. Pedro II, 1730 - Vila Planalto, Caarapó - MS.

ENSINO MÉDIO - ESTÁGIO DE ENSINO MÉDIO

| CLASSIFICAÇÃO | CANDIDATO |
|---------------|---------------------------|
| 7º | IAN FELIPE MARCARI SANTOS |

3. COMARCA DE CAMPO GRANDE

Local: Secretaria de Gestão de Pessoas, situada na Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, localizada na Rua Presidente Manuel Ferraz de Campos Salles, 214, Jardim Veraneio, Campo Grande - MS.

ADMINISTRAÇÃO - RESIDÊNCIA NA ÁREA DE ADMINISTRAÇÃO

| CLASSIFICAÇÃO | CANDIDATO |
|---------------|------------------------------|
| 25º | SIMEAO ARANTES DE AZEVEDO |
| 26º | MARIA CLARA DE SOUZA MOREIRA |
| 27º | CAMILA AYANA NAGAMATSU |
| 28º | VINICIUS MACHADO PRATES |



ÁREA AMBIENTAL - RESIDÊNCIA NA ÁREA AMBIENTAL

| CLASSIFICAÇÃO | CANDIDATO |
|---------------|------------------------|
| 10º | APOLO MORENO RODRIGUES |
| 11º | FERNANDA MAEDA CARDOSO |

ARQUITETURA E URBANISMO - RESIDÊNCIA NA ÁREA DE ARQUITETURA E URBANISMO

| CLASSIFICAÇÃO | CANDIDATO |
|---------------|--------------------------|
| 3º | IZABELE AGUIAR PALUDETTO |

HISTÓRIA - RESIDÊNCIA NA ÁREA DE HISTÓRIA

| CLASSIFICAÇÃO | CANDIDATO |
|---------------|----------------------------|
| 5º | FERNANDO BARBOSA GUERREIRO |

PSICOLOGIA - RESIDÊNCIA NA ÁREA DE PSICOLOGIA

| CLASSIFICAÇÃO | CANDIDATO |
|---------------|----------------------------|
| 2º | TABATA PEREIRA DE OLIVEIRA |
| 3º | DEBORAH BARBOSA DE LIMA* |

*Candidatos que se declararam negros

COMUNICAÇÃO/JORNALISMO - ESTÁGIO DE GRADUAÇÃO

| CLASSIFICAÇÃO | CANDIDATO |
|---------------|---------------------|
| 3º | JÚLIA ALVES BARRETO |

4. COMARCA DE DOURADOS

Local: Sede das Promotorias de Justiça de Dourados, situada na Rua João Corrêa Neto, 400 - Santo Antônio, Dourados - MS.

ADMINISTRAÇÃO - ESTÁGIO DE GRADUAÇÃO

| CLASSIFICAÇÃO | CANDIDATO |
|---------------|-------------------------|
| 1º | JOÃO MATHEUS CAMPANHOLI |

ENSINO MÉDIO - ESTÁGIO DE ENSINO MÉDIO

| CLASSIFICAÇÃO | CANDIDATO |
|---------------|-----------------------------|
| 12º | MARIA CLARA DA SILVA FIALHO |

5. COMARCA DE GLÓRIA DOURADOS

Local: Sede das Promotorias de Justiça de Glória de Dourados, situada na Rua Rogério Luiz Rodrigues, Centro, Glória de Dourados - MS.

ENSINO MÉDIO - ESTÁGIO DE ENSINO MÉDIO

| CLASSIFICAÇÃO | CANDIDATO |
|---------------|----------------------------|
| 1º | AUGUSTO PICKERT DOS SANTOS |

6. COMARCA DE MIRANDA

Local: Sede das Promotorias de Justiça de Miranda, situada na Rua General Amaro Bittencourt, 935 - Centro, Miranda - MS.

ENSINO MÉDIO - ESTÁGIO DE ENSINO MÉDIO

| CLASSIFICAÇÃO | CANDIDATO |
|---------------|--------------------------|
| 1º | GUSTAVO SILVA FILGUEIRAS |

**7. COMARCA DE PONTA PORÃ**

Local: Sede das Promotorias de Justiça de Ponta Porã, situada na Rua Baltazar Saldanha, 1613 - Da Saudade, Ponta Porã - MS.

ENSINO MÉDIO - ESTÁGIO DE ENSINO MÉDIO

| CLASSIFICAÇÃO | CANDIDATO |
|---------------|-----------------------|
| 1º | LUCAS CORONEL MARQUES |

8. COMARCA DE TRÊS LAGOAS

Local: Sede das Promotorias de Justiça de Três Lagoas, situada na Rua Elviro Mário Mancine, 860 - Centro, Três Lagoas - MS.

ENSINO MÉDIO - ESTÁGIO DE ENSINO MÉDIO

| CLASSIFICAÇÃO | CANDIDATO |
|---------------|-------------------------------|
| 10º | PEDRO HENRIQUE DUTRA DA COSTA |

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO:

- 1) Digitalização (colorida) ou Fotocópia legível da cédula de identidade e do CPF;
- 2) 1 (uma) fotografia, 3x4 recente e colorida;
- 3) Atestado médico que comprove a aptidão clínica necessária à realização das atividades de estágio ou programa de residência, por meio de anamnese e exame físico;
- 4) Certidão de inexistência de antecedentes criminais das localidades onde o candidato houver residido nos últimos 5 (cinco) anos, emitida pelas Justiças Federal e Estadual, e pelas Polícias Federal e Estadual;
- 5) Declaração de ausência dos impedimentos previstos nos arts. 42 e 50 da Resolução nº 15/2010-PGJ e no art. 19 da Resolução CNMP nº 42 para os estagiários e de ausência dos impedimentos previstos nos arts. 29, inciso II, e 31 da Resolução nº 53/2022-PGJ para os residentes (modelo será encaminhada para o e-mail do candidato convocado);
- 6) Ficha de Cadastro (que será encaminhada para o e-mail do candidato convocado);
- 7) Declaração de que não exerce função em diretoria de partido político (modelo será encaminhada para o e-mail do candidato convocado);
- 8) Autodeclaração de raça ou cor (arquivo será encaminhado para o e-mail do candidato convocado);
- 9) Comprovante de conta-corrente no Banco do Brasil S/A;
- 10) Declaração ou certidão de matrícula atualizada, emitida pela instituição de ensino, conveniada com o MPMS, constando obrigatoriamente as seguintes informações, conforme o caso (não serão aceitos documentos que não contenham todas as informações especificadas):
 - I - curso de pós-graduação (especialização, mestrado ou doutorado), desenvolvido em uma das áreas de conhecimento especificadas: datas de início e término do curso e carga horária total (documento específico para candidatos de Residência que tiverem mais de 5 anos de formado);
 - II - curso de graduação: ano letivo, turno, semestre, número de dependências de disciplinas (se houver) e a data prevista para conclusão do curso, sendo que a declaração de matrícula do acadêmico de Graduação deve ser acompanhada pelo Histórico Escolar;
 - III - ensino médio: ano letivo, turno, semestre e data prevista para conclusão desse nível de ensino;
- 11) Diploma ou outro documento comprobatório que ateste não possuir o residente mais de 5 (cinco) anos de conclusão do curso de graduação, nos termos do art. 2º, *caput*, da Resolução CNMP nº 246 (documento específico para candidatos de Residência).

Em caso de dúvidas, favor ligar para (67) 3318-2183.

Campo Grande, 19 de abril de 2024.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa



SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DA CARTA-CONTRATO Nº 056/PGJ/2024

Processo: 09.2024.00002095-3

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **F S PLACAS LTDA**, representada por **Renato Dantas Righeti**.

Procedimento licitatório: Dispensa.

Amparo legal: Inciso II do artigo 75 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Objeto: Aquisição de placas veiculares, para atender à frota de veículos do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor estimado mensal: R\$ 180,00 (cento e oitenta reais), nos termos da Nota de Empenho 2024NE001161, de 26.03.2024.

Vigência: 19.04.2024 a 31.12.2024.

Data de assinatura: 19 de abril de 2024.

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA FINAL

CAMPO GRANDE

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO Nº 0013/2024/03PJE/CGR

A 61ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, MS, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 08.2023.00090709-6 em que constam como investigado Lidiane Regina Kaspary Kober e vítima Sandro Santos De Araujo, conforme se transcreve: “ O presente desacerto, à luz do princípio mencionado alhures, a despeito da incriminalização da conduta pelo legislador, pode ser resolvido em esfera de responsabilidade diversa”.

Campo Grande/MS, 18 de abril de 2024

SÍLVIO AMARAL NOGUEIRA DE LIMA

Promotor de Justiça



EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 47ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ¹, de 24/11/2023 (com alteração dada pela Res. nº 5/2024-PGJ, de 26 de março de 2024), comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 0925502-97.2023.8.12.0001, em que constam como investigado(a/s) C.R.A² e vítima(s) G.S, conforme se transcreve: “Portanto, em razão da insuficiência de provas, elemento essencial à tipicidade, resta prejudicada a propositura de ação penal, razão pela qual o Ministério Público Estadual, com fulcro no artigo 18, do Código de Processo Penal, requer o arquivamento do presente feito, resguardando a possibilidade de reabertura das investigações caso surjam novos indícios ou suspeitas.”

Campo Grande-MS, 18 de abril de 2024.

PAULO HENRIQUE CAMARGO IUNES
Promotor de Justiça

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 47ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ³, de 24/11/2023 (com alteração dada pela Res. nº 5/2024-PGJ, de 26 de março de 2024), comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 0908039-11.2024.8.12.0001, em que constam como investigado(a/s) R.P.S⁴ e vítima(s) B.E.F, conforme se transcreve: “Posto isso, pelos fatos e fundamentos de direito acima expostos, o Ministério Público Estadual requer seja determinado o arquivamento do feito, por atipicidade da conduta do investigado, bem como por insuficiência de provas quanto a autoria do delito, havendo portanto ausência de justa causa, que não autorizam o oferecimento da denúncia, sem prejuízo do artigo 18, do Código de Processo Penal, na hipótese de surgirem outras provas.”

Campo Grande-MS, 18 de abril de 2024.

PAULO HENRIQUE CAMARGO IUNES
Promotor de Justiça

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 47ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ⁵, de 24/11/2023 (com alteração dada pela Res. nº 5/2024-PGJ, de 26 de março de 2024), comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 0908820-33.2024.8.12.0001, em que constam como investigado(a/s) D.C.P.N⁶ e vítima(s) N.O.C, conforme se transcreve: “Dessa forma, considerando a ausência de lesividade capaz de atrair a atuação do Direito Penal e a subsidiariedade deste ramo do Direito na solução dos conflitos, o Ministério Público Estadual requer o arquivamento do presente Inquérito Policial, com fundamento no artigo 28, do Código de Processo Penal, ressalvada a hipótese do artigo 18, do mesmo *códex*, resguardando a possibilidade de reabertura das investigações caso surjam novos indícios ou suspeitas.”

Campo Grande-MS, 18 de abril de 2024.

PAULO HENRIQUE CAMARGO IUNES
Promotor de Justiça

1 “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

2 Em caso de procedimento sigiloso, nomes de investigados e vítimas deverão ser indicados apenas por suas iniciais.

3 “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

4 Em caso de procedimento sigiloso, nomes de investigados e vítimas deverão ser indicados apenas por suas iniciais.

5 “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

6 Em caso de procedimento sigiloso, nomes de investigados e vítimas deverão ser indicados apenas por suas iniciais.

**RECOMENDAÇÃO Nº 0002/2024/50ªPJ**

Procedimento Administrativo nº 09.2023.00001946-4⁷

Recomendada: Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário – AGEPEN/MS.

Finalidade: Adoção de providências para o aprimoramento da instrução dos procedimentos instaurados para apuração das faltas disciplinares praticadas pelos privados de liberdade nas unidades prisionais sob a sua égide, a fim de evitar que os seus autores fiquem impunes por falta de provas.

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais disponíveis;

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público fiscalizar a execução da pena, bem como instaurar inquérito civil e outros procedimentos administrativos correlatos, além de expedir recomendações para a tutela de interesses difusos e coletivos;

CONSIDERANDO que para o exercício da função institucional do art. 129, II, a Lei nº 8.625/1995 estabelece caber ao Ministério Público expedir recomendações, requisitando ao destinatário sua divulgação adequada e imediata, assim como resposta por escrito (art. 27, parágrafo único, IV);

CONSIDERANDO o teor da Resolução n. 164, de 28 de março de 2017, do Conselho Nacional do Ministério Público, que disciplina a expedição de recomendações pelo Ministério Público brasileiro, destacando sua acentuada utilidade para a autocomposição dos conflitos e controvérsias envolvendo os direitos de cuja defesa é incumbido o Ministério Público;

CONSIDERANDO o disposto na Recomendação n. 0001/2016/CGMP/2016, de 6 de outubro de 2016, a respeito da expedição de recomendações pelos órgãos de execução no âmbito do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul no âmbito do procedimento administrativo, visando à melhoria dos serviços públicos e de relevância pública, bem como à defesa dos demais interesses, direitos e bens incumbidos ao *Parquet*;

CONSIDERANDO que a Carta de Brasília⁸ estabelece, dentre as diretrizes referentes ao Ministério Público, *a adoção de postura resolutiva amparada no compromisso com ganhos de efetividade na atuação institucional, exigindo-se, para tanto, atuação racional do mecanismo de judicialização nos casos em que a via não seja obrigatória e indispensável, devendo o membro analisar se realmente a judicialização é o caminho mais adequado e eficiente para o caso*⁹, além do *esgotamento das alternativas de resolução extrajudicial dos conflitos, controvérsias e problemas, com o incremento da utilização dos instrumentos como a Recomendação (...)*¹⁰;

CONSIDERANDO que a 50ª Promotoria de Justiça da capital tem atribuição para, precipuamente, promover visitas e inspeções nas unidades prisionais e de segurança pública que mantenham presos em Campo Grande - MS, adotando medidas extrajudiciais e judiciais para proteção dos interesses difusos e coletivos dos presos, com o objetivo de corrigir irregularidades eventualmente detectadas nos estabelecimentos prisionais;

CONSIDERANDO que a Administração Pública tem como princípios basilares encartados no art. 37 da Constituição Federal a “legalidade” e a “eficiência”, de modo que ao Estado administrador incumbe dar efetividade a políticas públicas capazes de controlar a criminalidade, sem se olvidar da necessária estruturação e ao funcionamento do sistema carcerário como um todo, pois a legislação constitucional e infraconstitucional assim o determina;

CONSIDERANDO o disposto nos arts. 37; 45, "caput"; 48, parágrafo único; 59, "caput"; e, 153, todos da Lei

7 "Acompanhar o desempenho das Comissões Disciplinares dos presídios desta capital, a fim de que aprimorem as provas produzidas nos PADICs, utilizando todos os recursos disponíveis na apuração das faltas disciplinares, evitando-se, desta maneira, que os seus autores fiquem impunes por falta de provas";

8 Acordo celebrado em 22 de setembro de 2016, na ocasião do 7º Congresso de Gestão do CNMP realizado em Brasília-DF, entre a Corregedoria Nacional e as Corregedorias-Gerais dos Estados e da União, com o objetivo de modernizar o controle da atividade extrajudicial pelas Corregedorias do Ministério Público, bem como o fomento à atuação resolutiva do MP Brasileiro;

9 Alínea "b", item 6;

10 Alínea "n";



de Execução Penal¹¹, além da Súmula 533, do Superior Tribunal de Justiça¹²;

CONSIDERANDO o teor do Ofício n. 0004/2023/22PJ/CGR, de 13 de fevereiro de 2023, por meio do qual a 40ª Promotora de Justiça Marjorie Oliveira Zanchetta de Azambuja, designada para responder pela 22ª Promotoria de Justiça de Campo Grande, solicitou auxílio desta 50ª Promotoria de Justiça para que as Comissões Disciplinares aprimorassem a instrução dos procedimentos administrativos instaurados para apuração das faltas disciplinares, a fim de que esses atos praticados pelos reeducandos pudessem ter um mínimo de arcabouço probatório e não ficassem impunes;

CONSIDERANDO o teor da documentação encaminhada pelo 8º Promotor de Justiça de Dourados, Juliano Albuquerque, por intermédio do Grupo de Atuação Especial da Execução Penal – GAEP, demonstrando as providências adotadas no âmbito daquela comarca, em atenção ao Ofício n. 1148/2023/50PJ/CGR, de 3 de julho de 2023, verificando-se a expedição de ofícios às unidades prisionais locais solicitando a utilização de todos os recursos disponíveis para o aprimoramento das provas produzidas nos PADICs, indicando, a título exemplificativo, diversas diligências;

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio da 50ª Promotoria de Justiça de Campo Grande/MS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento no artigo 25, inciso IV, alíneas “a” e “b”, e artigo 27, inciso I e parágrafo único, inciso IV, da Lei nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público); artigo 27, inciso I, e artigo 29, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº 72/1994 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Mato Grosso do Sul); artigo 129, incisos II e III, da Constituição da República/88, artigos 5º e 44 da Resolução PGJ nº 15/2007, e em razão da fiscalização e acompanhamento levados a efeito no Procedimento Administrativo n. 09.2024.00001946-4, resolve RECOMENDAR à Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário – AGEPEN/MS, na pessoa de seu Diretor-Presidente, Rodrigo Rossi Maiorchini, a adoção de providências para o aprimoramento da instrução dos procedimentos instaurados para colheita de evidências possíveis visando à apuração das faltas disciplinares praticadas pelos privados de liberdade nas unidades prisionais sob a sua égide, assegurado o direito de defesa, a fim de evitar que os reeducandos-infratores fiquem impunes por falta de provas, com as seguintes ações, ora indicadas a título exemplificativo, entre outras que forem julgadas pertinentes pelo detentor do poder disciplinar:

1. Oitiva dos Policiais Penais que participaram da ocorrência, presenciando os fatos;
2. Oitiva de ao menos duas testemunhas dos fatos;
3. Captura e acesso à gravação das imagens captadas pelo sistema de monitoramento das unidades no dia e horário dos fatos, quando:
 - 3.1. se tratar de posse de substâncias ilícitas, a fim de identificar, pelas imagens, a pessoa que estava com a droga;
 - 3.2. se tratar de droga arremessada para o interior da unidade prisional, com o objetivo também de identificar o indivíduo que recebeu a substância ilícita;
 - 3.3. se tratar de outros fatos, cuja imagens sejam necessárias para identificar o agente responsável pela prática da infração disciplinar;
4. Apreensão dos materiais (drogas e/ou outros objetos ilícitos) encontrados na posse do reeducando-infrator, lavrando-se o termo respectivo, com o sequente encaminhamento para realização de exame pericial;
5. Realização de exame de corpo de delito, quando se tratar de infração disciplinar que resulte em lesão corporal;
6. Quando se tratar de infração consistente em posse de substância ilícita, realizar o exame toxicológico, a fim de comprovar que a substância apreendida é realmente ilegal.

Sendo assim, de acordo com o determinado no art. 1º, da Recomendação n. 0001/2016/CGMP/2016, de 6 de outubro de 2016, a respeito do prazo razoável para atendimento, aguarda-se o prazo de 30 (trinta) dias para a recomendada responder, por escrito, sobre o atendimento ou não da presente recomendação, informando as providências

11 Art. 37. A prestação de trabalho externo, a ser autorizada pela direção do estabelecimento, dependerá de aptidão, disciplina e responsabilidade, além do cumprimento mínimo de 1/6 (um sexto) da pena.

Parágrafo único. Revogar-se-á a autorização de trabalho externo ao preso que vier a praticar fato definido como crime, for punido por falta grave, ou tiver comportamento contrário aos requisitos estabelecidos neste artigo.

Art. 45. Não haverá falta nem sanção disciplinar sem expressa e anterior previsão legal ou regulamentar.

Art. 48. (...)

Parágrafo único. Nas faltas graves, a autoridade representará ao Juiz da execução para os fins dos artigos 118, inciso I, 125, 127, 181, §§ 1º, letra d, e 2º desta Lei.

Art. 59. Praticada a falta disciplinar, deverá ser instaurado o procedimento para sua apuração, conforme regulamento, assegurado o direito de defesa.

Art. 153. O estabelecimento designado encaminhará, mensalmente, ao Juiz da execução, relatório, bem assim comunicará, a qualquer tempo, a ausência ou falta disciplinar do condenado.

12 Para o reconhecimento da prática de falta disciplinar no âmbito da execução penal, é imprescindível a instauração de procedimento administrativo pelo diretor do estabelecimento prisional, assegurado o direito de defesa, a ser realizado por advogado constituído ou defensor público nomeado.



implementadas ou que pretende implementar (neste último caso, com cronograma de atividades), em caso positivo.

A recomendada deverá providenciar, incontinenti, a divulgação adequada e imediata da presente recomendação, conforme dispõe o art. 9º, da Resolução CNMP nº 164, de 28 de março de 2017, sem prejuízo da que deverá ser determinada por este *Parquet* no âmbito do Diário Oficial do Ministério Público de Mato Grosso do Sul – DOMP/MS.

Campo Grande/MS, 18 de abril de 2024.

JISKIA SANDRI TRENTIN

50ª Promotora de Justiça de Campo Grande

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 62ª Promotoria de Justiça de Campo Grande da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ¹³, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do inquérito policial dos Autos nº 08.2020.00151001-0, em que constam como investigado(a/s) Mateus Kaun Monteiro Gonçalves e Vinicius Xavier da Silva Santos e vítima(s) Raphael Novaes, conforme se transcreve: “ausente prova consistente da autoria do crime, o Ministério Público Estadual deixa de ofertar denúncia e arquiva o presente Inquérito Policial, ressalvado, contudo, o disposto no art. 18 do CPP”.

Campo Grande, 18 de abril de 2024.

CANDY H. C. MARQUES MOREIRA

Promotora de Justiça

62ª Promotoria de Justiça de Campo Grande

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 62ª Promotoria de Justiça de Campo Grande da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do inquérito policial dos Autos nº 08.2024.00056176-2, em que constam como investigado(a/s) Nelma Victor Pedro e vítima(s) Edemilson da Silva, conforme se transcreve: “ante a ausência de representação da vítima, o Ministério Público promove o arquivamento do presente Inquérito Policial”.

Campo Grande, 19 de abril de 2024.

CANDY H. C. MARQUES MOREIRA

Promotora de Justiça

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 62ª Promotoria de Justiça de Campo Grande da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do inquérito policial dos Autos nº 08.2024.00056176-2, em que constam como investigado(a/s) Nelma Victor Pedro e vítima(s) Edemilson da Silva, conforme se transcreve: “ante a ausência de representação da vítima, o Ministério Público promove o arquivamento do presente Inquérito Policial”.

Campo Grande, 19 de abril de 2024.

CANDY H. C. MARQUES MOREIRA

Promotora de Justiça

¹³ “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”



PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA ESPECIAL

ANASTÁCIO

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 1ª Promotoria de Justiça de Anastácio, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ¹⁴, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do inquérito policial dos Autos nº 0000529-81.2022.8.12.0052, em que constam como vítima M.R.M. conforme se transcreve: “Assim, a priori, não há como promover o oferecimento da ação penal, visto que a tipicidade não restou suficientemente demonstrada. Ante o exposto, à míngua de elementos de informação à comprovarem a materialidade delitiva, não vislumbrando justa causa para a propositura, por ora, de ação penal, nem tampouco utilidade de prosseguimento das investigações policiais, nos termos art.28 do Código de Processo Penal e da Resolução n. 43/2023-PGJ/MPMS, bem como da decisão emanada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no julgamento das Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) nºs 6.298, 6.299, 6.300 e 6.305, o Ministério Público ordena o ARQUIVAMENTO do presente Inquérito Policial”.

Anastácio, 18 de abril de 2024.

MARCOS MARTINS DE BRITO
Promotor de Justiça

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 1ª Promotoria de Justiça de Anastácio, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ¹⁵, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do inquérito policial dos Autos nº 0900083-82.2024.8.12.0052 a investigada Antonia Patrícia de Oliveira¹⁶ e vítima Ivone de Oliveira, conforme se transcreve: “Ante o exposto, em virtude da insuficiência de provas, não vislumbrando justa causa para a propositura, por ora, de ação penal, nos termos art. 28 do Código de Processo Penal e da Resolução n. 43/2023-PGJ/MPMS, bem como da decisão emanada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no julgamento das Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) nºs 6.298, 6.299, 6.300 e 6.305, o Ministério Público ordena o ARQUIVAMENTO do presente Inquérito Policial”.

Anastácio, 18 de abril de 2024.

MARCOS MARTINS DE BRITO
Promotor de Justiça

14 “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

15 “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

16 Em caso de procedimento sigiloso, nomes de investigados e vítimas deverão ser indicados apenas por suas iniciais.



CAARAPÓ

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 1ª Promotoria de Justiça de Caarapó, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica à vítima, Gabriela Ferreira, a promoção de arquivamento do Inquérito Policial nº 0900793-05.2023.8.12.0031/08.2024.00001389-6, conforme se transcreve: "Ante o exposto, considerando a inexistência de suporte probatório mínimo (ausência de justa causa) para início da persecução penal, o Ministério Público Estadual promove o ARQUIVAMENTO DO PRESENTE INQUÉRITO POLICIAL, ressaltando-se o disposto no artigo 18 do Código de Processo Penal", bem como, que dispõe do prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação deste extrato, para eventual interposição de recurso, já acompanhado das respectivas razões, podendo, ainda, apresentar fatos novos, diligências e testemunhas que possam corroborar a elucidação dos fatos.

Caarapó/MS, 10 de abril de 2024.

FERNANDA ROTTILI DIAS
Promotora de Justiça

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 1ª Promotoria de Justiça de Caarapó, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica à vítima, Antônio Lisboa Moraes, a decisão de arquivamento do Inquérito Policial nº 0900583-51.2023.8.12.0031/08.2023.00165130-9, conforme se transcreve: "*ante o exposto, o Ministério Público Estadual promove o arquivamento do presente inquérito policial, em razão da plena aplicação do princípio da insignificância, o que leva à atipicidade do fato perpetrado pela investigada*", bem como, que dispõe do prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação deste extrato, para eventual interposição de recurso, já acompanhado das respectivas razões, podendo, ainda, apresentar fatos novos, diligências e testemunhas que possam corroborar a elucidação dos fatos.

Outrossim, comunica à investigada, Jéssica Lima de Matos, a decisão de arquivamento do referido Inquérito Policial.

Caarapó/MS, 09 de abril de 2024.

FERNANDA ROTTILI DIAS
Promotora de Justiça

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 1ª Promotoria de Justiça de Caarapó, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica ao investigado, Ricardo Silva Costa, a decisão de arquivamento do Inquérito Policial nº 0900659-75.2023.8.12.0031/08.2024.00004245-8, conforme se transcreve: "Ante o acima exposto, considerando a ausência de suporte probatório mínimo para início da persecução penal, o Ministério Público Estadual promove o arquivamento do inquérito policial, ressaltando-se o disposto no artigo 18 do Código de Processo Penal".

Caarapó/MS, 09 de abril de 2024.

FERNANDA ROTTILI DIAS
Promotora de Justiça



EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 1ª Promotoria de Justiça de Caarapó, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica à vítima, Nayara dos Santos Pereira, a promoção de arquivamento do Inquérito Policial nº 0900707-34.2023.8.12.0031/08.2023.00208311-5, conforme se transcreve: "*Ante o exposto, o Ministério Público Estadual promove arquivamento do presente inquérito policial, ressaltando-se o disposto no artigo 18 do Código de Processo Penal*", bem como, que dispõe do prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação deste extrato, para eventual interposição de recurso, já acompanhado das respectivas razões, podendo, ainda, apresentar fatos novos, diligências e testemunhas que possam corroborar a elucidação dos fatos.

Caarapó/MS, 10 de abril de 2024.

FERNANDA ROTTILI DIAS
Promotora de Justiça

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 1ª Promotoria de Justiça de Caarapó nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica ao investigado Leandro dos Santos Lombardo, a decisão de arquivamento do Inquérito Policial nº 0001922-80.2017.8.12.0031/08.2017.00265524-7, conforme se transcreve: "*Ante o acima exposto, não havendo indícios suficientes de autoria, o Ministério Público Estadual promove o ARQUIVAMENTO DO INQUÉRITO POLICIAL, ressaltando-se o disposto no artigo 18 do Código de Processo Penal*".

Caarapó/MS, 18 de abril de 2024.

FERNANDA ROTTILI DIAS
Promotora de Justiça

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 1ª Promotoria de Justiça de Caarapó, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica à vítima Lucilene da Silva Matos, a decisão de arquivamento do Inquérito Policial nº 0001547-79.2017.8.12.0031/08.2017.00230220-3, conforme se transcreve: "*Ante o exposto, o Ministério Público Estadual requer:*

1 – Quanto aos delitos de ameaça e injúria, a extinção da punibilidade dos autores, *Fernando Augusto dos Santos Romero e Luciana dos Santos Silva*, nos termos do artigo 107, IV, do CP; e

2 – Com relação ao crime de lesão corporal, o arquivamento do inquérito policial, ante a ausência de provas acerca da efetiva prática pelos referidos autores", bem como, que dispõe do prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação deste extrato, para eventual interposição de recurso, já acompanhado das respectivas razões, podendo, ainda, apresentar fatos novos, diligências e testemunhas que possam corroborar a elucidação dos fatos.

Outrossim, comunica aos investigados, *Fernando Augusto dos Santos Romero e Luciana dos Santos Silva*, a decisão de arquivamento do referido Inquérito Policial.

Caarapó/MS, 18 de abril de 2024.

FERNANDA ROTTILI DIAS
Promotora de Justiça



CASSILÂNDIA

EDITAL Nº 0026/2024/02PJ/CLA

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Cassilândia - MS, torna pública a INSTAURAÇÃO do Procedimento Administrativo nº 09.2024.00003703-3, para conhecimento de terceiros interessados no oferecimento de elementos de informação, o qual encontra-se registrado no sistema SAJ/MP, e poderá ser integralmente acessado via internet no endereço eletrônico <http://consultaprocedimentos.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> e também encontra-se à disposição de quem possa interessar na Rua Sebastião Martins da Silva, nº 800 – Bairro Alto Izanópolis – Cassilândia-MS.

Procedimento Administrativo nº 09.2024.00003703-3

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: A APURAR

Assunto: Acompanhar os cuidados dispensados ao infante L.D.A.S., portador de necessidades especiais e acolhido no Lar da Criança Prudenciana Cândida Vilela (Medida de Proteção autos n. 0900019-52.2020.8.12.0007).

Cassilândia-MS, 19 de abril de 2024

THIAGO BARILE GALVÃO DE FRANÇA

Promotor de Justiça em substituição legal

EDITAL Nº 0027/2024/02PJ/CLA

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Cassilândia - MS, torna pública a INSTAURAÇÃO do Procedimento Administrativo nº 09.2024.00003761-1, para conhecimento de terceiros interessados no oferecimento de elementos de informação, o qual encontra-se registrado no sistema SAJ/MP, e poderá ser integralmente acessado via internet no endereço eletrônico <http://consultaprocedimentos.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> e também encontra-se à disposição de quem possa interessar na Rua Sebastião Martins da Silva, nº 800 – Bairro Alto Izanópolis – Cassilândia-MS.

Procedimento Administrativo nº 09.2024.00003761-1

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requeridos: Michelle Mamed Jordão e Bryan Mamed Jordão.

Assunto: Fiscalizar o cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta celebrado no Inquérito Civil n. 06.2021.00000309-7.

Cassilândia-MS, 19 de abril de 2024

THIAGO BARILE GALVÃO DE FRANÇA

Promotor de Justiça em substituição legal

CHAPADÃO DO SUL

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 2ª Promotoria de Justiça de Chapadão do Sul, nos termos do disposto no artigo 5º, §2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial nº 0001411-32.2020.8.12.0046, em que consta como investigado Cleber Aparecido Rulli Pereira e como vítima Debora Fernanda Faria Almeida, conforme se transcreve: “*Ante o exposto, à luz dos argumentos esposados alhures, o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul decide pelo ARQUIVAMENTO do presente inquérito policial, com espeque no artigo 107, IV, do Código Penal*”.

Chapadão do Sul/MS, 16 de abril de 2024.

THIAGO BARILE GALVÃO DE FRANÇA

Promotor de Justiça



EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 2ª Promotoria de Justiça de Chapadão do Sul, nos termos do disposto no artigo 5º, §2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial nº 0002669-82.2017.8.12.0046, em que consta como investigado Sergio Pereira dos Santos e como vítima Iracema Pereira dos Santos, conforme se transcreve: “Assim, tendo em vista a ausência de substrato mínimo que amparasse a deflagração da persecutio in judicio, afigura-se impositivo o arquivamento do Inquérito Policial. (...) Ante o exposto, à luz dos argumentos esposados alhures, o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul decide pelo **ARQUIVAMENTO** do presente inquérito policial, em relação ao delito de lesão corporal (artigo 129, §9º, do Código Penal)”.

Chapadão do Sul/MS, 16 de abril de 2024.

THIAGO BARILE GALVÃO DE FRANÇA
Promotor de Justiça

CORUMBÁ

EDITAL Nº 0018/2024/02PJ/CBA

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Corumbá/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua América, nº 1.880, Bairro Dom Bosco.

O referido procedimento é digital e poderá ser acessado integralmente via internet no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2024.00000342-1.

Representante: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Representado: Vetria Mineração S/A

Assunto: Apurar eventuais danos ambientais causados pela empresa VETRIA MINERAÇÃO S/A, ocasionando prejuízos à saúde dos moradores e de animais nos terrenos adjacentes à estrada de acesso da Mina Monjolinho (BR - 262).

Corumbá/MS, 17 de abril de 2024.

PEDRO DE OLIVEIRA MAGALHÃES
Promotor de Justiça

ELDORADO

EDITAL N. 0004/2024/PJ/EDD

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

Autos SAJTJ nº 0900047-97.2024.8.12.0033 e Autos n. SAJMP nº 08.2024.00055515-0

A 1ª Promotoria de Justiça de Eldorado, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ¹⁷, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial SAJTJ nº 0900047-97.2024.8.12.0033 e SAJMP nº 08.2024.00055515-0 em que constam como investigado(a/s) Adilson Da Silva e vítima(s) Ariane Santos Oliveira, conforme se transcreve: “Desse modo, é patente a ausência de elementos essenciais para o oferecimento da denúncia, uma vez que não há prova da materialidade do crime, mostrando-se impossível aferir quem iniciou a agressão e quem agiu em legítima defesa. Ante o exposto, o Ministério Público promove o arquivamento do presente inquérito policial, ressalvando o disposto no artigo 18 do Código de Processo Penal.”

Eldorado, 19/04/2024

FÁBIO ADALBERTO CARDOSO DE MORAIS
Promotor de Justiça

17 “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”



MARACAJU

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Maracaju-MS, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução n. 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a vítima Sara Pacheco, da decisão de arquivamento do Inquérito Policial, autos n. 08.2024.00051966-4/0900162-78.2024.8.12.0014, em que constam como investigado Wendiney Fabricio e vítima Sara Pacheco, conforme se transcreve: "Ante o exposto, o Ministério Público Estadual, por meio de seu Promotor de Justiça infra-assinado, promove o ARQUIVAMENTO do inquérito policial no tocante as condutas tipificadas nos artigos 147, *caput* e 147-A, ambos do Código Penal, sem prejuízo, contudo, do disposto no art. 18 do Código de Processo Penal caso novas provas surjam posteriormente. "

Outrossim, cientifica-se a vítima que caso discorde da decisão acima, poderá, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação deste, apresentar pedido de revisão da decisão a esta Promotoria de Justiça, com a possibilidade de apresentação de eventuais fatos novos, diligências e testemunhas que possam colaborar para a elucidação dos fatos, nos termos do art. 5º, § 7º e art. 6º, § 6º, da Resolução n. 43/2023-PGJ.

Maracaju-MS, 18 de abril de 2024.

DANIEL PÍVARO STADNIKY
Promotor de Justiça

NIOAQUE

EDITAL N° 0012/2024/PJ/NOQ

A PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE NIOAQUE/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo abaixo relacionado, que se encontra à disposição na Rua Coronel Juvêncio, nº 262, Centro, cidade e Comarca de Nioaque, bem como no endereço eletrônico:
<http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N° 09.2024.00002712-4

REQUERENTE: Ministério Público Estadual

ASSUNTO: Acompanhar diligências realizadas por esta Promotoria de Justiça na mobilização social para o incremento das destinações de parte do Imposto de Renda ao Fundo Municipal da Infância e Juventude (FIA) de Nioaque, com o lançamento da campanha denominada "DECLARE SEU CARINHO".

Nioaque, 15 de abril de 2024.

MARIANA SLEIMAN
Promotora de Justiça



SONORA

INQUÉRITO CIVIL Nº 06.2024.00000377-6

Edital nº 0002/2024/01PJ/SNR

A Promotoria de Justiça da Comarca de Sonora torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2024.00000377-6, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Três de Junho, n.º 90, Centro, em Sonora/MS, ou através do endereço na Internet: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil n.º 06.2024.00000377-6

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Sonora/MS e Instituto de Pesquisa, Pós Graduação e Ensino de Cascavel – IPPEC

Assunto: *Apurar eventuais irregularidades e favorecimentos na realização do Concurso Público 01/2024 de Sonora/MS, realizado pelo Instituto de Pesquisa, Pós Graduação e Ensino de Cascavel – IPPEC.*

Sonora/MS, 16 de abril de 2024.

MARCOS ANDRÉ SANT'ANA CARDOSO

Promotor de Justiça em Substituição Legal

INQUÉRITO CIVIL Nº MP 06.2024.00000377-6**RECOMENDAÇÃO Nº 0002/2024/01PJ/SNR/PJSON**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, neste ato representado pelo órgão de execução que esta subscreve, no exercício das atribuições previstas nos artigos 127, “caput” e 129, inciso II, ambos da Constituição Federal, bem como no artigo 27, inciso IV, da Lei n.º 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), e,

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, nos termos do artigo 127, “caput”, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que são funções institucionais do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Carta Magna, bem como a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, nos termos do artigo 129, incisos II e III, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público Estadual expedir recomendações, visando à melhoria dos serviços públicos e de relevância pública, bem como ao respeito aos interesses, direitos e bens cuja defesa lhe cabe promover, fixando prazo razoável para a adoção das providências cabíveis (art. 27.º, par. único, inc. IV, da Lei Federal 8.625/93);

CONSIDERANDO que, segundo o artigo 1º da Resolução nº 164/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público, “a recomendação é instrumento de atuação extrajudicial do Ministério Público por intermédio do qual este expõe, em ato formal, razões fáticas e jurídicas sobre determinada questão, com o objetivo de persuadir o destinatário a praticar ou deixar de praticar determinados atos em benefício da melhoria dos serviços públicos e de relevância pública ou do respeito aos interesses, direitos e bens defendidos pela instituição, atuando, assim, como instrumento de prevenção de responsabilidades ou correção de condutas”;

CONSIDERANDO que pelo comando contido em seu art. 37, § 4º, nossa Lei Maior impõe o dever de o Poder



Público agir sempre com probidade¹⁸, ao mesmo tempo em que não tolera a improbidade administrativa¹⁹, estabelecendo que os atos de improbidade importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível;

CONSIDERANDO que são princípios norteadores da Administração Pública a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a publicidade e a eficiência (Constituição, art. 37, caput), os quais devem ser observados pelo gestor, sob pena de invalidade dos seus atos e responsabilização, inclusive por ato de improbidade administrativa (CF, art. 37, § 4º), a atingir todos aqueles que mantêm, sob qualquer categoria ou título jurídico, vínculo com a Administração direta ou indireta, ou que exercem transitoriamente funções estatais e até mesmo os vinculados aos entes de direito privado criados ou custeados, ainda que parcialmente, pelo Poder Público (Lei nº 8.429/92, arts. 1º e 2º);

CONSIDERANDO que o princípio da legalidade se encontra no cerne da atividade administrativa e, conforme leciona José dos Santos Carvalho Filho, é “certamente a diretriz básica da conduta dos agentes da Administração. Significa que toda e qualquer atividade administrativa deve ser autorizada por lei. Não sendo, a atividade é ilícita²⁰” (grifei);

CONSIDERANDO que a publicidade e a transparência são pedras fundamentais no seio da administração pública, sem as quais o controle social resta inviabilizado, tanto pelos demais cidadãos como pelos órgãos de controle;

CONSIDERANDO que o princípio da publicidade administrativa (transparência) se caracteriza também como direito fundamental do cidadão, indissociável do princípio democrático e, segundo o doutrinador Gomes Canotilho, possui entre seus desdobramentos (CANOTILHO, J. J. Gomes. *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*. 7. ed. Coimbra: Almedina, 2003.):

- a) direito de *conhecer* todos os expedientes e motivos referentes à ação administrativa, bem como seus desdobramentos e resultados, em razão do direito fundamental à informação;
- b) garantia frente ao processo de produção de decisões administrativas, em contraposição ao segredo procedimental, por meio da audiência dos envolvidos e interessados, em razão do princípio da ampla defesa;
- c) direito subjetivo de *acesso* aos arquivos e registros públicos, em decorrência direta do princípio democrático;
- d) direito de exigir do Estado ações positivas para possibilitar a visibilidade, cognoscibilidade, e controle das ações administrativas.

CONSIDERANDO o recebimento nesta Promotoria de Justiça de diversas denúncias anônimas oriundas da Ouvidoria do Ministério Público Estadual e mediante protocolos registrados, indicando possíveis irregularidades no bojo do Concurso Público n. 01/2024, da Prefeitura Municipal de Sonora/MS, realizado por intermédio do Instituto de Pesquisa, Pós Graduação e Ensino de Cascavel - IPPEC;

CONSIDERANDO a existência de indícios suficientes de possível fraude na organização, elaboração e resultado do concurso público realizado pelo IPPEC, os quais demandam apuração pelos órgãos de controle, a fim de salvaguardar a lisura do certame;

CONSIDERANDO as peças de informação que instruem o Inquérito Civil n. 06.2024.00000377-6, instaurado nesta Promotoria de Justiça de Sonora para "Apurar eventuais irregularidades e favorecimentos na realização do Concurso Público 01/2024, da Prefeitura Municipal de Sonora/MS, realizado pelo Instituto de Pesquisa, Pós Graduação e Ensino de Cascavel - IPPEC";

RESOLVE, com fundamento no artigo 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei n.º 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), artigo 29, inciso IV, da Lei Complementar Estadual n.º 72/1994 (Lei Orgânica do Ministério Público de Mato Grosso do Sul), artigo 26, inciso XX, da Lei Complementar n.º 75/1993 (Lei Orgânica do Ministério Público da União), artigo 44 da Resolução n.º 015/2007, da Procuradoria-Geral de Justiça de Mato Grosso do Sul, e artigo 15 da Resolução n.º 023/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público, RECOMENDAR:

18 Probidade Administrativa consiste no “dever de o funcionário servir a Administração com honestidade, procedendo no exercício das suas funções, sem aproveitar os poderes ou facilidades dela decorrentes em proveito pessoal ou de outrem e a quem queira favorecer” (Marcelo Caetano, in Manual de direito administrativo, tomo II, 1ª. ed., Rio de Janeiro: Forense, 1970, p.684)

19 Para Wallace Paiva Martins Júnior, “Em termos gerais, improbidade administrativa significa servir-se da função pública para angariar ou distribuir, em proveito pessoal ou para outrem, vantagem ilegal ou imoral, de qualquer natureza, e por qualquer modo, com violação aos princípios e regras da Administração Pública, menosprezando os deveres do cargo e a relevância dos bens, direitos, interesses e valores confiados à sua guarda, inclusive por omissão, com ou sem prejuízo patrimonial” (Probidade Administrativa, 2ª ed., São Paulo: Saraiva, 2002, p. 113).

20 FILHO, José dos Santos Carvalho. Manual de Direito Administrativo. Editora Lumen Juris. 2005. Pg. 12.



Ao Município de Sonora/MS, na pessoa do Excelentíssimo Prefeito Municipal Enelto Ramos da Silva, que promova a imediata suspensão do Concurso Público n. 01/2024, abstendo-se de dar andamento as suas fases, notadamente a fim de evitar sua homologação, até que seja promovida a análise da legalidade de suas etapas pelos órgãos de controle, dentre os quais, o Poder Legislativo e o Ministério Público Estadual.

Que confira transparência, nos moldes legais, a todas as etapas do concurso público, bem como, promova a máxima viabilização de acesso às informações e documentos ao órgãos de controle social.

Conforme disposto no art. 45, *caput* e parágrafo único, da Resolução n. 015/2007/PGJ, aguarda-se o prazo de 30 (trinta) dias para que o recomendado responda, por escrito, a este expediente, devendo providenciar, *incontinenti*, a divulgação adequada e imediata da presente recomendação em todos os meios de comunicação disponíveis, sem prejuízo da publicação que será providenciada pelo próprio Ministério Público Estadual.

Ressalta-se, à derradeira, que esta recomendação não põe fim à atribuição ministerial para o caso e o seu não acatamento poderá dar lugar à imediata adoção da medidas judiciais legais, dentre as quais, a propositura da tutela coletiva.

Sonora/MS, 17 de abril de 2024.

MARCOS ANDRÉ SANT'ANA CARDOSO
Promotor de Justiça em Substituição Legal

TERENOS

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Terenos, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do inquérito policial dos Autos nº 0001178-42.2014.8.12.0047, em que consta como investigado Antônio Marcos Alves de Souza, conforme se transcreve: "Firme em tais premissas, o Ministério Público manifesta-se pelo reconhecimento da prescrição da pretensão punitiva do Estado em relação ao fato, nos termos do artigo 107, inciso IV, primeira figura, do Código Penal."

Terenos-MS, 16 de abril de 2024

EDUARDO DE ARAUJO PORTES GUEDES
Promotor de Justiça